



A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES NEGRAS



**PUBLICADO ORIGINALMENTE EM 2020
RIO DE JANEIRO/RJ
BRASIL**

Instituto Marielle Franco, Justiça Global e Terra de Direitos, 2020.

Idioma original: Português

Disponível digitalmente através do site violenciapolitica.org

Agradecemos a todas candidaturas de mulheres negras comprometidas com a Agenda Marielle Franco. As que responderam esta pesquisa, ou as demais que também sofrem cotidianamente violências contra o exercício de seu direito político.

FICHA TÉCNICA:

Revisão e Redação: Instituto Marielle Franco, Justiça Global e Terra de Direitos

Design e diagramação: Ila Ruana

APOIO:

Instituto Update, Ford Foundations e Open Society Foundations

Todos os direitos reservados.

Esta publicação possui direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente por quaisquer meios, para fins educacionais, de ativismo e de campanhas, não podendo ser comercializada.

Pede-se que tais usos sejam informados aos detentores de direitos para que sua divulgação possa ser acompanhada. Para a reprodução deste conteúdo em quaisquer outras circunstâncias, ou para sua utilização em outras publicações, bem como para tradução e adaptação, uma autorização prévia e por escrito deve ser obtida dos editores.

Para solicitar permissão ou outras informações, escreva para contato@institutomariellefranco.org
ISBN nº 978-65-993290-0-5

Disponível digitalmente e em versão atualizada no site violenciapolitica.org

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A Violência Política Contra
Mulheres Negras: Eleições 2020

REALIZAÇÃO

Instituto Marielle Franco

CO-REALIZAÇÃO

Justiça Global e Terra de Direitos

COORDENAÇÃO

Anielle Franco, Marcelle Decothé,
Fabiana Pinto, Luna Costa, Daniele
Duarte, Élide Lauris, Gisele Barbieri
e Gláucia Marinho

REDAÇÃO

Fabiana Pinto, Marcelle Decothé
e Luna Costa

ANÁLISE DE DADOS

Fabiana Pinto

PROJETO GRÁFICO, CAPA E INFOGRÁFICOS

Ila Ruana

APOIO

Instituto Update, Ford Foundation e
Open Society Foundation

**DEZEMBRO
2020**

**POR TODA MULHER NEGRA VIOLENTADA
POLITICAMENTE E IMPEDIDA DE EXERCER
OU MANIFESTAR SEUS DIREITOS E LUTA
POLÍTICA NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS,
EM ESPECIAL, EM MEMÓRIA DE MARIELLE
FRANCO, MULHER NEGRA, FAVELADA,
DEFENSORA DOS DIREITOS HUMANOS
E LGBTQI+. MARIELLE FOI FILHA, MÃE,
IRMÃ, ESPOSA, AMIGA E VEREADORA
DEDICADA A CONSTRUIR UM MUNDO
JUSTO PARA TODAS AS PESSOAS. HOJE,
É INSPIRAÇÃO PARA ESSA E FUTURAS
GERAÇÕES.**

APRESENTAÇÃO

O problema da violência política no Brasil é histórico e tem raízes estruturais refletidas em nossa sociedade. Os direitos políticos são direitos fundamentais e promover seu exercício é dever do Estado e de todos os demais atores participantes do sistema político brasileiro. Este tipo de violência, segundo a Organização dos Estados Americanos (OEA), é caracterizada como uma ação, conduta ou omissão realizada de forma direta ou por meio de terceiros, podendo se materializar por meio de agressões físicas, psicológicas, morais, sexuais, virtuais, institucionais, raciais, de gênero, LGBTQI+fóbicas, entre outras, e podendo ser cometidas contra candidatas, eleitas, nomeadas ou na atividade da função pública.

Na pesquisa “Violência Política e Eleitoral no Brasil - Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020”, as ONGs Justiça Global e Terra de Direitos apontam que a violência é um fenômeno instrumental, isto é, ela é utilizada para atingir objetivos específicos, e, historicamente, grupos estruturalmente excluídos da política são visados por tipos de violência cujo resultado é associado a intimidação de sua ação e censura para que a participação política ative dos mesmos seja interrompida.

Dentre as subcategorias existentes no conceito de violência política, exploraremos neste estudo o que pode ser considerado por pesquisadores como “violência eleitoral”. Para as ONGs Justiça Global e Terra de Direitos, esta violência trata-se de uma estratégia da qual atores políticos lançam mão com o objetivo de impactar o andamento do processo eleitoral, afetando, especialmente, grupos politicamente minoritários como mulheres negras que concorreram ao pleito eleitoral nestas eleições.

É importante ressaltar que o objetivo deste estudo é analisar o cenário da violência política eleitoral contra mulheres negras nas eleições de 2020. Acreditamos que visibilizar o impacto que esse tipo de violência tem sobre a vida política das mulheres negras do Brasil é o primeiro passo para que busquemos caminhos de superação e produção de medidas efetivas imediatas para a urgente mudança desse cenário no país.

O Instituto Marielle Franco nasce de uma violência política brutal. O assassinato de Marielle e Anderson expôs ao mundo as rachaduras estruturais presentes na frágil democracia brasileira. Nossa missão, além de fortalecer e apoiar mulheres negras, LGBTQI+s e periféricas, é atuar para diminuir os índices de violência política contra mulheres negras não só no Brasil, mas em toda América Latina.

Sob o ímpeto de racializar a discussão sobre este tipo de violência, conduzimos um mapeamento junto a candidatas das eleições de 2020. Este levantamento permitiu identificar e caracterizar as principais manifestações da violência eleitoral no exercício da vida política de mulheres negras que concorreram ao pleito deste ano. São as mulheres negras que lideram os processos de transformação social nos mais diversos territórios do Brasil. Por essa razão, reconhecer a importância e liderança que estes corpos têm na defesa de uma democracia plural, verdadeiramente participativa, antiracista, antimachista e LGBTQI+fóbica é essencial.

Os resultados deste estudo, desenvolvido pelo Instituto Marielle Franco em parceria com as ONGs Justiça Global e Terra de Direitos, evidenciam o grau de urgência e a gravidade da violência eleitoral dirigida a mulheres negras. Os mandatos e o exercício de direitos políticos por mulheres negras no Brasil estão em risco. É urgente e necessária a promoção de mecanismos que garantam o direito ao livre exercício político das populações negras e indígenas, em especial das mulheres. Não é possível protelar mais a necessidade de uma incidência efetiva por parte das autoridades públicas no que diz respeito à segurança e à proteção daquelas que colocam seu corpo à disposição para a política.

O trabalho aqui descrito só pode ser desenvolvido com a presença, dedicação e participação de candidatas negras da Agenda Marielle Franco de todas as regiões do Brasil. Mulheres negras em campanha eleitoral, enfrentando as mais diversas violências e dificuldades, alinhadas com a defesa de um projeto de sociedade - além das urnas - comprometido com as pautas e princípios de Marielle Franco e a vida das mulheres negras do país. Dirigimos a vocês, nosso mais sincero respeito e agradecimento. Como vocês, reafirmamos e reforçamos o nosso comprometimento com a luta.

METODOLOGIA

Neste estudo, objetivamos acessar e visibilizar a experiência eleitoral de mulheres negras candidatas comprometidas com a Agenda Marielle Franco. A Agenda é uma ferramenta que potencializa o compromisso com um conjunto de compromissos éticos e políticos orientados por práticas e pautas antirracistas, feministas, LBT+ e populares. A Agenda e suas propostas estão fundadas no legado de Marielle e foram desenvolvidas pelo Instituto Marielle Franco para as Eleições Municipais 2020. Mais de 700 candidaturas, de 300 municípios de todo o Brasil, comprometeram-se com a Agenda Marielle Franco nessas eleições. Destas, 45,8% dizem respeito a candidaturas de mulheres negras.

Para esta pesquisa foi desenvolvido um questionário online, com perguntas fechadas e abertas. As perguntas dirigiram-se a caracterizar os tipos principais de violência eleitoral e situações que têm sido vivenciadas por mulheres negras no curso do processo eleitoral. No total, 142 mulheres negras candidatas, dentre aquelas que firmaram compromisso com a Agenda Marielle Franco, participaram do nosso levantamento de dados respondendo formulário online enviado por correio eletrônico.

O levantamento de dados através do questionário online foi conduzido em diferentes etapas.

ETAPAS:

1 O questionário online foi elaborado com um total de 41 perguntas, sendo 33 perguntas fechadas e 8 perguntas abertas. Dividido nos seguintes blocos de questões: Perfil sociodemográfico das candidatas; Mapeamento das ocorrências de violência política contra mulheres negras; Denúncias e Relatos.

2 As candidatas responderam o questionário online durante o período de 21 a 28 de outubro. A amostra de dados da pesquisa diz respeito às respostas de 142 mulheres negras candidatas, de 21 estados do Brasil, pertencentes a 93 municípios e integrantes de 16 partidos. Todas as regiões do país foram abrangidas pela amostra.

3 Os dados foram armazenados e sistematizados dando embasamento às reflexões que serão apresentadas a seguir. Respeitando protocolos de proteção e confidencialidade, a divulgação de dados obtidos através da pesquisa respeita integralmente as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Nenhum dado será utilizado para fins que não sejam os explicitados e pré-acordados entre as partes envolvidas.

4 A escrita deste relatório teve por princípio assegurar a segurança e a privacidade das candidatas. Por entendermos que se trata de uma pesquisa com tema sensível, nos excertos de fala de qualquer candidata ao longo deste relatório, a identificação será feita apenas pelo cargo a que a candidata concorreu e pelo seu partido político. O município não será identificado nas respostas das candidatas. Entendemos que esta informação deve permanecer confidencial no intuito de evitar a identificação das participantes da pesquisa.



O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA CANDIDATAS NEGRAS

A (sub)representação política das mulheres tornou-se, desde a década de 1990, um dos temas mais importantes nos debates envolvendo a natureza e intensidade dos regimes democráticos em diferentes partes do mundo. Esta questão afeta não só as jovens democracias na América Latina, Europa Oriental, Ásia e África, mas também as mais reconhecidamente consolidadas.

Há anos, entre nós, grupos da sociedade civil organizada vêm imprimindo esforços na promoção de debates e disputas de uma política institucional que tenha mais a cara da população brasileira, majoritariamente formada por mulheres e população negra. Ainda assim, o racismo estrutural, o patriarcalismo e outros desafios postos há mais de 500 anos criam e consolidam barreiras a um exercício da política com plena condição de igualdade para as populações e grupos sub representados. Requerem, por isso, um esforço e um compromisso maior por parte das instâncias competentes, como Tribunal Superior Eleitoral e o Congresso Nacional.

As recentes conquistas representaram um importante avanço no combate ao sistema de troca de favores entre empresas e políticos, bem como na participação de mulheres nas eleições de 2016 e 2018.

São exemplos destas conquistas: a mudança no financiamento de campanhas eleitorais no Brasil - que desde 2015 proíbe doações de empresas a candidatos; a obrigatoriedade de uma cota mínima de 30% de candidaturas de mulheres - instituída em 2009; ou até mesmo a recente aprovação pelo TSE, com intervenção do Superior Tribunal Federal (STF), da consulta pública protocolada pela deputada federal Benedita da Silva (PT) - **que aborda a distribuição do financiamento e do tempo de TV e rádio proporcionais a candidaturas negras.** Contudo, tais mudanças não foram suficientes para promover alterações estruturais no sistema político brasileiro.

A eleição de Marielle Franco, em 2016, como a quinta vereadora mais votada da cidade do Rio de Janeiro, virou símbolo da ocupação da política por parte de mulheres negras, populações periféricas e faveladas, e LGBTQIA+. O seu assassinato, dois anos depois, fez com que tivesse um aumento histórico de candidaturas mulheres negras, que foram consideradas sementes de Marielle. **Contudo, apesar do processo histórico, a mesma violência política que tirou Marielle de nós, ainda sem resposta pelas autoridades, continua afligindo mulheres negras que colocam seu corpo à disposição para a política institucional.**

Em artigo escrito em novembro de 2020, as deputadas estaduais negras (PSOL) de SP, RJ e MG, Érica Malunguinho, Mônica Francisco, Renata Souza, Dani Monteiro e Andreia de Jesus, junto a deputada federal do RJ, Talíria Petrone (PSOL), pontuam

que a militarização e a ascensão ao poder de uma retórica calcada na eliminação do outro têm aumentado e agravado os casos de violência política no país. Segundo as parlamentares negras: *"É preciso politizar o debate sobre a violência, lembrar que ela produz e reproduz as grandes desigualdades de poder, marcada por gênero e raça. É preciso que os ataques cessem. Por nós, pelos nossos filhos, pelos nossos eleitores, pelo país. E mais, precisamos que eles sejam nomeados como o que são: violência política de raça e gênero!"*

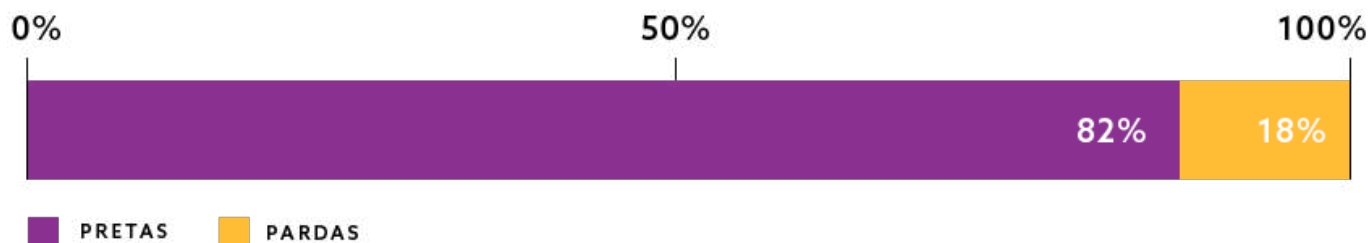
Notadamente, as mulheres negras representam 28% da população brasileira, segundo dados da PNAD contínua de 2019. Representam um dos maiores grupos demográficos do país e são responsáveis por mobilizações e ações em todo o território nacional, produzindo ativismos voltados para a transformação de suas realidades locais e buscando reconhecimento por suas lutas em defesa dos direitos humanos, das populações marginalizadas, de pautas de gênero, raça e LGBTQIA+. São estas mulheres, defensoras de direitos humanos, que sofrem cotidianamente ameaças, agressões e insultos e enfrentam um ambiente de hostilidade e intimidação constantes que atenta contra sua integridade física, psíquica e moral.

Classificar, mapear e diagnosticar os tipos de violência que mulheres negras sofrem durante suas trajetórias políticas-eleitorais é avançar sobre os caminhos de mudança para este cenário de violações. Dada a ausência de literatura sobre este tema no país, esperamos que este estudo contribua para orientar o debate público sobre o quão urgente este assunto é para a democracia brasileira.

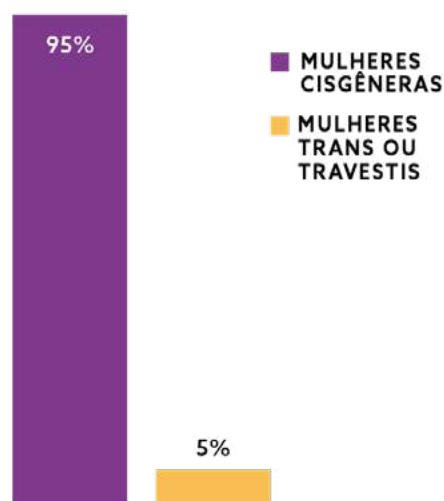


PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E POLÍTICO DAS PARTICIPANTES

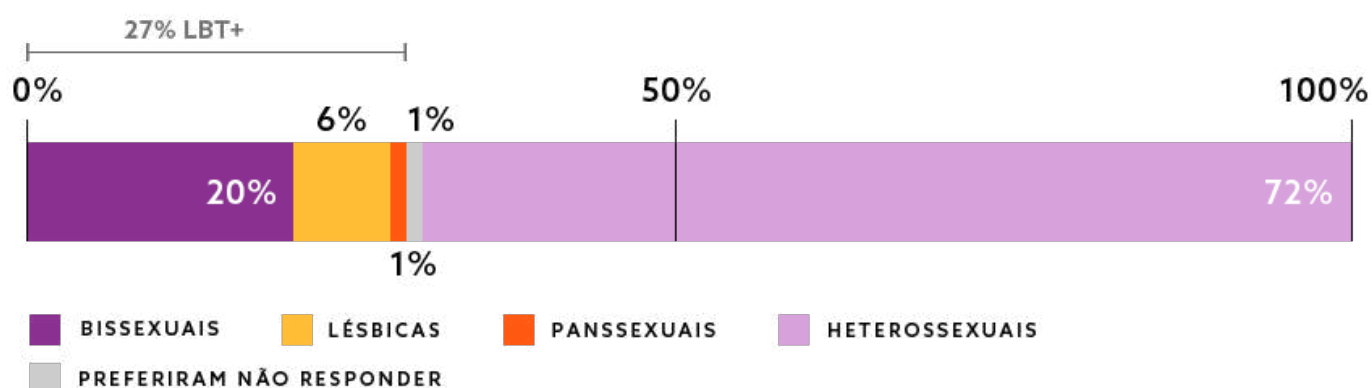
Com relação ao perfil sociodemográfico das então candidatas negras participantes da nossa pesquisa, das 142 participantes, 82% delas se autodeclararam sendo da raça/cor preta, enquanto 18% se autodeclararam pardas. Esse dado nos remete a um importante fato político, uma vez que atualmente cada vez mais mulheres negras se autodeclararam como pretas, no intuito de reforçarem um posicionamento também político com relação a sua cor.

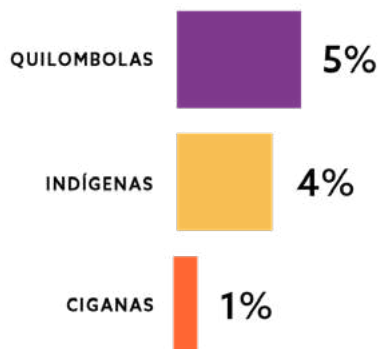


Ao serem perguntadas sobre sua identidade de gênero, 5% das participantes identificaram-se como mulher trans ou travesti, que são aquelas pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer. Este número está em consonância com o aumento de candidaturas trans nestas eleições. Levantamento da Associação Nacional de Transsexuais e Travestis (ANTRA) registrou 281 candidaturas de pessoas transsexuais à vereança em todo o país. Enquanto isso, 95% das participantes identificaram-se como mulheres cisgêneras, que são aquelas que se apresentam e se identificam com o seu gênero biológico.



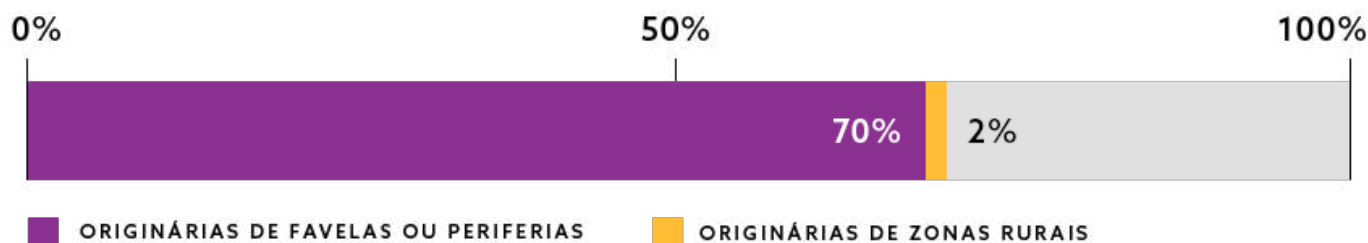
A orientação sexual também chama atenção, 27% das participantes são LBT+, sendo 20% bissexuais, 6% lésbicas e 1% panssexuais. Apenas 1% não se sentiu à vontade para responder à pergunta sobre orientação sexual, enquanto 72% das participantes se declaram heterossexuais. O debate de identidade de gênero e sexualidade é um ponto chave para essas candidaturas, já que parte dos ataques sofridos em meio virtual envolvem direta ou indiretamente o debate de diversidade de gênero e sexual. Ainda que essas candidatas não se identifiquem como mulheres trans e travestis, ou LBT+ de uma forma geral, elas são associadas a esse grupo e suas pautas, e acabam por sofrer ataques ou violências específicas.



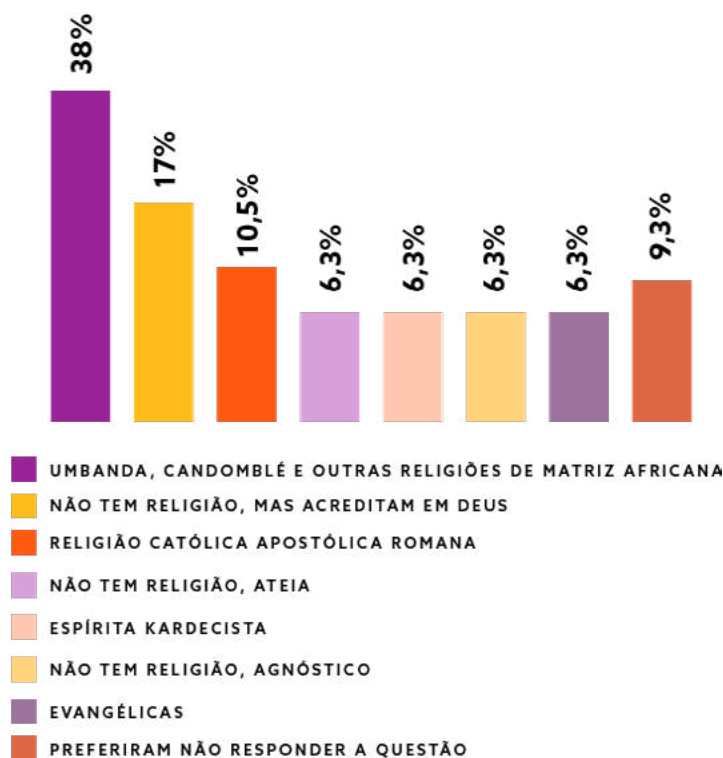


O número de pessoas com deficiência (PCDs) se candidatando nas eleições municipais deste ano foi de apenas 1% do total, ainda assim, entre as participantes da nossa pesquisa, elas corresponderam a 3,52%. A fim de qualificar ainda mais o perfil de nossas participantes, perguntamos se as mesmas pertenciam a algum dos povos tradicionais, e a resposta foi que 10% pertenciam, sendo 5% quilombolas, 4% indígenas e 1% ciganas.

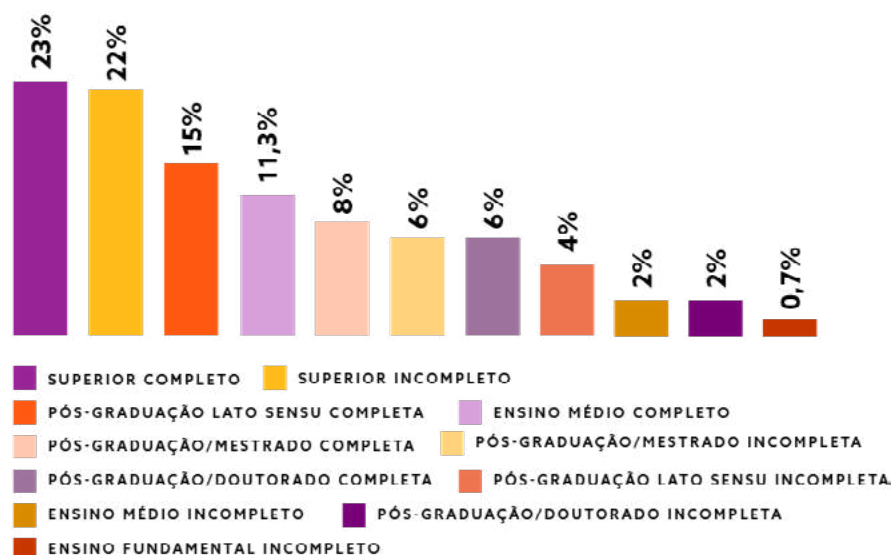
Com relação a sua origem territorial, 70% das participantes da pesquisa afirmaram ser originárias de favelas ou periferias, enquanto que 2% afirmou viver ou ser originário de zonas rurais. Tal identidade dá destaque também a um tipo de violência que trataremos neste relatório, isto é, casos envolvendo candidatas negras que se sentiram intimidadas ou foram impedidas de realizar campanhas nas ruas ou em territórios específicos.



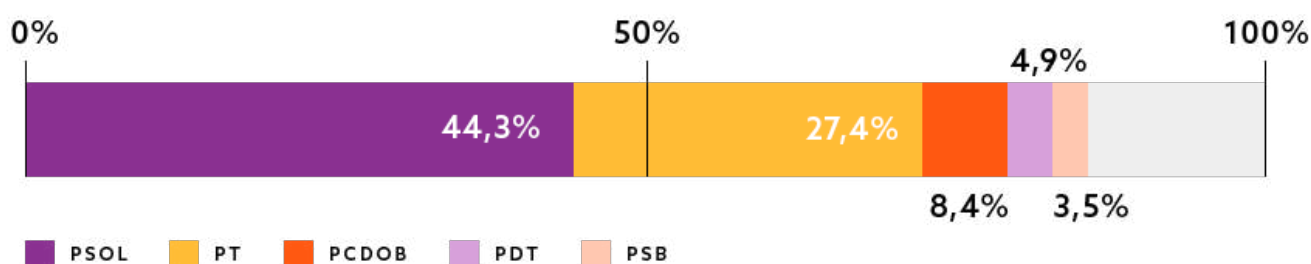
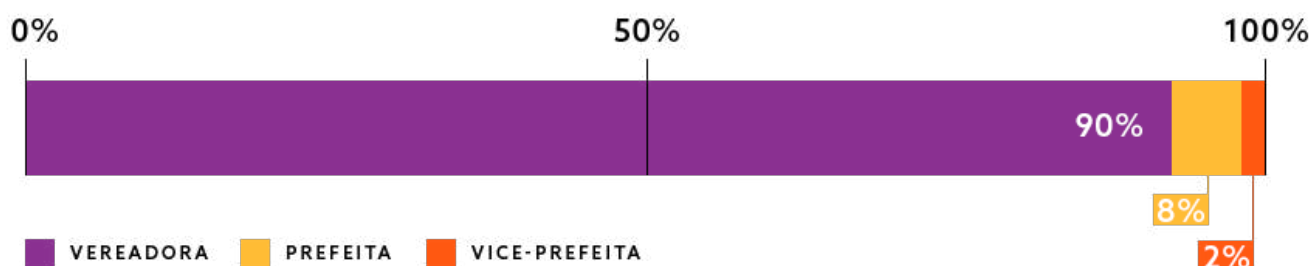
No que diz respeito à religião das participantes da pesquisa, o maior grupo são de adeptas da religião de umbanda, candomblé ou outras religiões de matriz africana, totalizando 38% do total de candidatas participantes, seguido pelas que afirmaram não terem religião, mas acreditarem em Deus (17%), as da religião católica apostólica romana (10,5%), e as evangélicas, espíritas kardecistas, as que não tem religião e são ateias e as que não tem religião e são agnósticas, todas correspondendo a 6,3%. Além daquelas que preferiram não responder a questão, correspondente a 9,2% do total.



Ao olharmos a escolaridade, temos um dado importante já que 99,3% das candidatas participantes acessaram o nível superior, sendo o maior grupo as com superior completo (23%), seguida por superior incompleto (22%). O que nos demonstra que os recentes avanços no campo da democratização ao direito à educação e no acesso à educação de nível superior, através de políticas de ação afirmativa, têm surtido efeito neste grupo social. Essas mulheres negras estão alinhando suas experiências aos conhecimentos adquiridos em espaços acadêmicos para a disputa da política institucional.

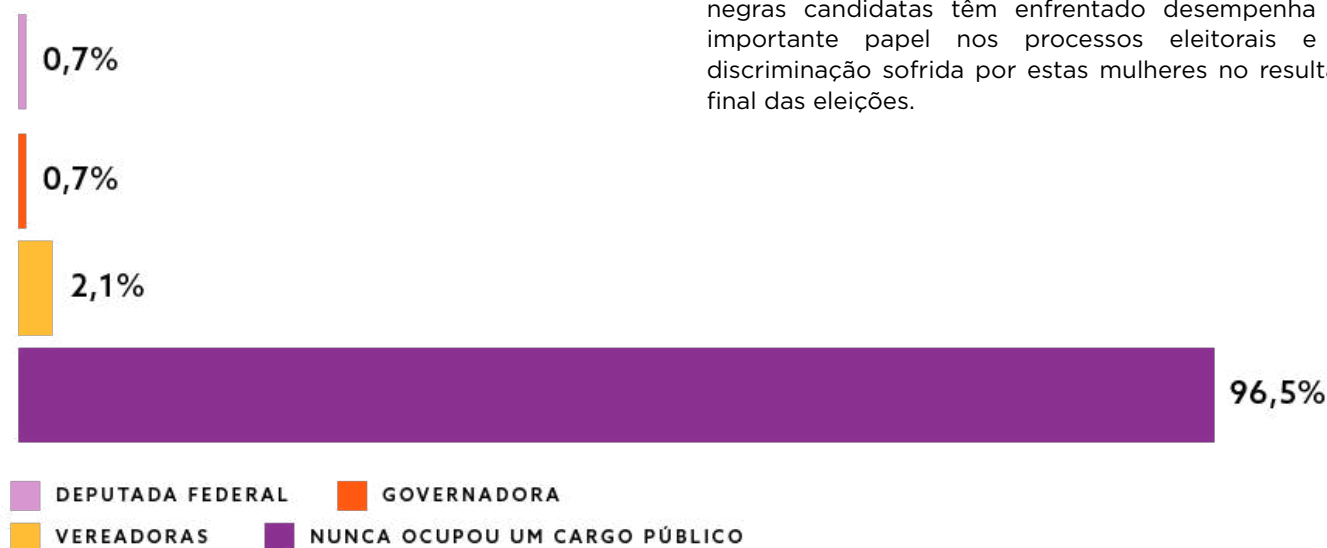


O perfil político das participantes seguiu as mesmas características daqueles candidatos gerais comprometidos com a Agenda Marielle Franco. A maioria das candidatas participantes da pesquisa concorria para o cargo de vereadora (90%), seguido pelo cargo de prefeita (8%) e vice-prefeita (2%) em 16 partidos políticos diferentes, sendo os mais presentes o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com 44,3% das candidatas, o Partido dos Trabalhadores (PT) com 27,4%, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com 8,4%, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) com 4,9% e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) com 3,5%, reforçando a tendência dessas candidaturas de mulheres negras a se vincularem a partidos de esquerda e centro esquerda.



Das que responderam a pesquisa, 24,6% das participantes já haviam se candidatado em pelo menos uma eleição antes desta, dado que aponta para a experiência na disputa eleitoral por parte dessas mulheres. A pesquisa aponta que a vivência e a maior experiência na política não são fatores que diminuem os riscos a que as mulheres negras candidatas estão expostas. A tendência de maior exposição destas mulheres à violência não parece diminuir com o seu tempo de experiência na política, pelo contrário, parece expô-la ainda mais à hostilidade, à intimidação e a outras manifestações da violência política e eleitoral.

Entre as participantes, 96,5% afirmou nunca ter ocupado um cargo público, enquanto 2,1% foram vereadoras e 0,7% deputada federal e governadora, o que nos dá um total de 5 participantes que já ocuparam cargos. Se mais mulheres negras apresentam ter experiência de candidaturas em processos eleitorais, quando se observa a efetiva ocupação dos cargos eletivos por mulheres negras, este número cai drasticamente. É preciso aprofundar a discussão sobre quais os fatores que têm determinado as barreiras enfrentadas por mulheres negras para ocuparem efetivamente lugares na política. É certo que o contexto sistemático de violência que as mulheres negras candidatas têm enfrentado desempenha um importante papel nos processos eleitorais e na discriminação sofrida por estas mulheres no resultado final das eleições.

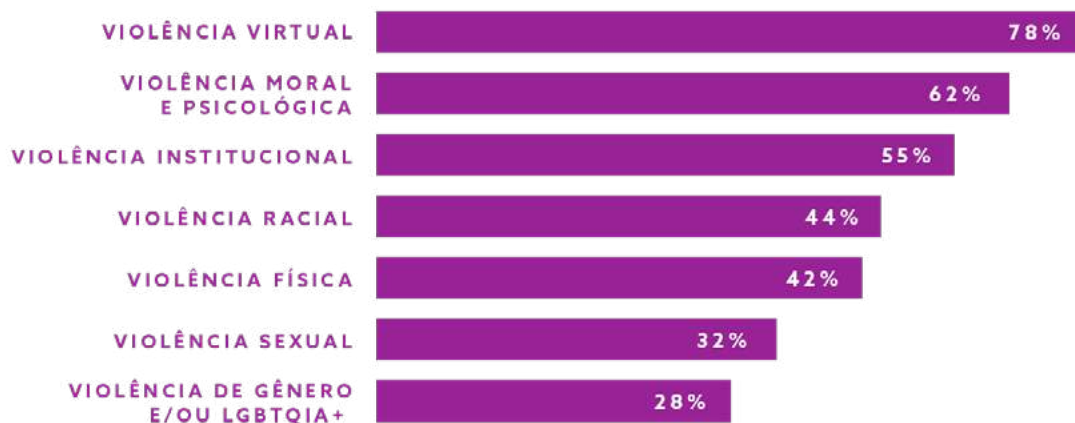


Outro aspecto importante destas mulheres é que 83% delas afirmaram integrar algum movimento social, reforçando que mulheres negras que estão disputando a política institucional não atuam individualmente. Estas corajosas candidatas já estão organizadas em outros setores da sociedade lutando pela garantia de direitos e, ao disputar as eleições, tentam ampliar o alcance desta luta, sem se desvincular dos movimentos que as construíram e que ajudaram a construir.



VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES NEGRAS

Em face da complexidade do fenômeno da violência política no Brasil, conforme explicado na metodologia, a pesquisa permitiu-nos mapear oito tipos de violência política de gênero e raça distintos. As categorias que aqui apresentamos tem por objetivo qualificar o debate a respeito da violência sofrida por candidatas negras no período pré-eleitoral, durante a eleição e após serem eleitas.



VIOLÊNCIA VIRTUAL

As tecnologias digitais e a ampliação de redes interativas vêm causando grande impacto nas práticas, atitudes, pensamentos e valores dos indivíduos na sociedade contemporânea. Com o advento dessas tecnologias, grandes mudanças passaram a operar na vida e no cotidiano das pessoas. A internet enquanto uma ferramenta de amplificação de vozes, conecta culturas, formas de pensar e de se mobilizar, produz e disponibiliza informação rápida para milhões de pessoas ao redor do mundo. Esta mesma ferramenta é igualmente responsável pela promoção cotidiana de violência contra grupos politicamente marginalizados na sociedade.

Segundo relatório “Eleições e Internet: Guia para proteção de direitos nas campanhas eleitorais”, produzido pela Coalizão Direitos Na Rede, o mundo digital se tornou muitas vezes um fórum de desinformação, incitação ao ódio, assédio e outras formas de ataques. No contexto eleitoral potencializa-se na internet uma explosão de discursos de ódio dirigidos a promover a violência racial, a xenofobia, bem como a apologia e a incitação a crimes contra a vida. A Coalizão identificou que existe um contínuo de violência, em que cybercrimes estão relacio-

nados a crimes, violências, discriminações e desigualdades do cotidiano fora das redes. A Internet transforma-se, assim, num campo de batalha durante as campanhas eleitorais, contribuindo tanto para amplificar determinada realidade, quanto para viralizar tentativas de silenciamento de candidaturas.

A violência política praticada na Internet ou por meio de outras tecnologias para silenciar vozes e cercear liberdades têm algumas características próprias do uso da rede. Para as organizações da sociedade civil e movimentos que atuam no campo da proteção e segurança digital, o primeiro passo contra a normalização e banalização da violência política na internet é nomeá-la como tal. Para nós, do Instituto Marielle Franco, as redes continuam sendo o espaço que dezenas de pessoas utilizam para produzir políticas de desinformação e ódio contra a memória, a história e a trajetória de Marielle Franco. É urgente a incidência sob os órgãos de justiça para buscar maior regulação, monitoramento e combate a estas violências fomentadas no ambiente virtual.

Cabe pontuar que, em decorrência do distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19, as eleições municipais de 2020 foram

marcadas pela campanha em meio digital. Entre as candidatas negras entrevistadas, **78,1% delas relataram ter sofrido algum tipo de violência virtual, sendo este o tipo de violência política mais relatada.** São exemplos de situações relatadas na pesquisa: ter recebido comentários e/ou mensagens machistas e/ou misóginas em suas redes sociais, por e-mail, ou outros aplicativos de mensagem (20,7%), ter recebido comentários racistas em suas redes sociais (18%), ter participado de reunião virtual que foi invadida (17,1%), ter tido a sua própria reunião virtual invadida (12,6%), ter sido vítima de ataques com conteúdos machistas durante uma live (9,9%), ter sido vítima de ataques com conteúdos racistas durante uma live (8,1%), ter sido vítima de criação e disseminação de notícias falsas sobre si, sobre membros de sua família e/ou sua campanha (5,4%), ter sofrido invasões nas redes, contas e dispositivos pessoais, ter sofrido algum tipo de censura nas suas redes sociais (manipulação de algoritmo, remoção de postagens) e ter recebido comentários e/ou mensagens LGBTfóbicas nas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens (1,8% cada). Foram também registrados relatos relativos ao envio de “nudes” por homens desconhecidos nas redes sociais, ataques com

¹ <https://www.codingrights.org/docs/eleicoes&internet.pdf>

conteúdos LGBTfóbicas durante uma live e comentários preconceituosos e machistas de origens diversas (0,9% cada).

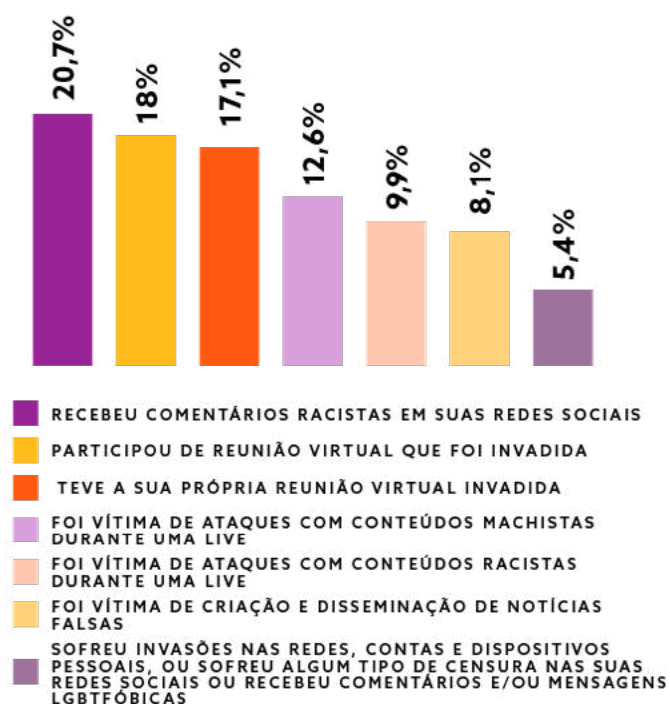
O uso de invasões sincronizadas em transmissões ao vivo para constrangimento ou para queda dessas transmissões foi um tipo de ataque muito relatado por candidatas negras durante todo o período eleitoral. Uma das participantes de nossa pesquisa relatou um episódio muito exemplificativo desse tipo de ataque virtual:

“Nossa plenária foi invadida por 5 indivíduos anônimos, colocaram música com apologia a estupro e violência racista.” (Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL).

Outra candidata revelou a dificuldade em denunciar e obter justiça para crimes ocorridos em ambiente virtual. Um realidade agravada pelo total despreparo do sistema de justiça para avaliar e lidar com a gravidade desses crimes durante o período eleitoral:

“Meu endereço residencial foi compartilhado em páginas bolsonaristas do Facebook e WhatsApp, mas a Justiça não entendeu que havia risco à minha integridade. Por isso, não ganhei a ação para remover a publicação do Facebook. Um desserviço que mantém a impunidade digital.”

Candidata negra a prefeita pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.



Com relação a identificação dos agressores, a maioria das participantes (44,9%) relatou ter sofrido um ataque de indivíduos ou grupos não identificados, enquanto 29,3% afirmaram que os agressores são candidatos, indivíduos ou grupos militantes de partidos políticos adversários; 14,6% indivíduos ou grupos com identidade política ideológica identificada como neonazistas, racistas e grupos anti-feministas; e 4,5% candidatos, indivíduos ou grupos militantes do seu próprio partido político. Cabe destacar que entre as participantes de nossa pesquisa, **90% pertencem a partidos considerados progressistas (de esquerda ou centro-esquerda)**, o que evidencia a escalada de ódio promovida por partidos políticos de extrema-direita e conservadores.





VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

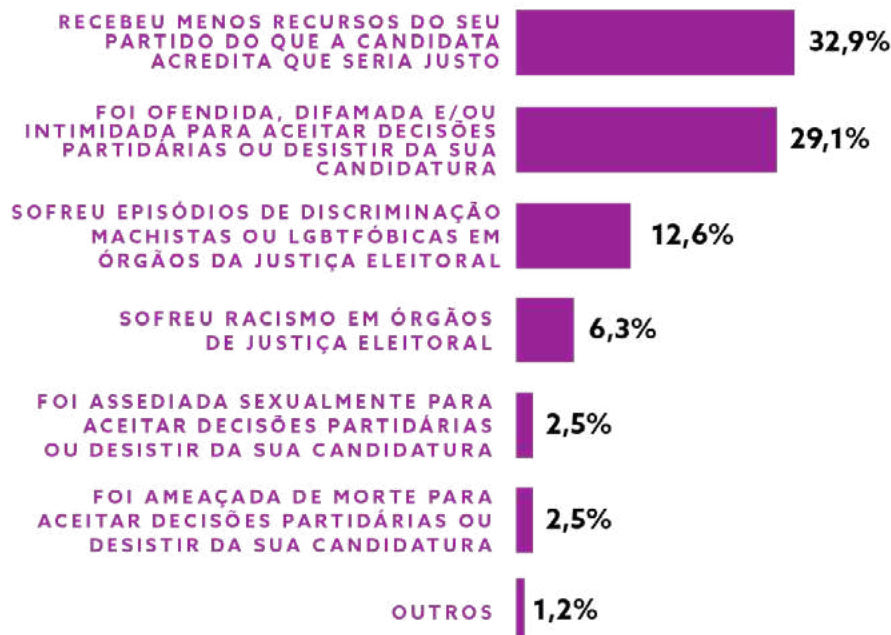
Para pessoas estudiosas do tema, a existência da violência institucional está relacionada a um passado colonial no qual a hegemonia do grupo social dominante sobre os grupos sociais marginalizados era exercida por meio de uma violência física sem limites. A violência física era assim um dos principais instrumentos de subalternização de pessoas negras, mulheres, LBTs, pessoas periféricas, entre outros. O avanço da interiorização desta violência nas instituições acompanha o advento de limites democráticos para o exercício da violência física. A violência vai, dessa maneira, sofisticando-se, entranhando-se na prática e no cotidiano das instituições, disfarçada no meio de um arcabouço jurídico aparentemente democrático e manifestando-se de forma cada vez mais diversa. Em outras palavras, pode-se afirmar que a violência institucional contribui para manutenção de poder de um grupo dominante, através dela, as instituições, em contexto democrático, reproduzem desigualdades, desvantagens, discriminações propositalmente dirigidas a determinados grupos ou pessoas excluídas historicamente das estruturas de disputa de poder.

Dentre as violências institucionais, o racismo institucional marca a experiência de candidatas e parlamentares negras. Para Uberty Pellizzaro, em artigo produzido para o portal Geledés, racismo institucional é basicamente o tratamento diferenciado entre raças no interior de organizações, empresas, grupos, associações e instituições congêneres. Em resumo, é você optar por um em prejuízo do outro, ou mesmo preferir, ou até, de forma indireta, oferecer tratamentos diferenciados de modo a privilegiar um em detrimento do outro, sem qualquer respaldo legal.

Se a participação política de todas e todos constitui um elemento fundamental de uma sociedade democrática, devemos levar em conta o papel das instituições na manutenção dessas desigualdades raciais, de gênero e a concentração de poder. **Por isso, ao apontarmos soluções para os desafios que mulheres negras e outros grupos vulnerabilizados enfrentam ao decidir concorrer à uma eleição, as instituições do sistema político brasileiro precisam estar no centro de análise sobre o fomento da violência institucional contra mulheres negras candidatas e eleitas.**

Dentro deste estudo, 56,6% das candidatas consultadas dizem ter

sido vítimas de violência institucional. Entre os principais tipos de violência está ter recebido menos recursos do seu partido do que a candidata acredita que seria justo (32,9%), ter sido ofendida, insultada, difamada e/ou intimidada para aceitar determinadas decisões partidárias, ou mesmo para desistir da sua candidatura (29,1%), não ter recebido nenhum recurso financeiro do seu partido político para realização de sua campanha (12,6%), ter sofrido outros episódios de discriminação (atos machistas, LGBTfóbicas) em órgãos da justiça eleitoral (6,3%), ter sofrido racismo em órgãos de justiça eleitoral (2,5%), ter sido assediada sexualmente para aceitar determinadas decisões partidárias ou de campanha ou para desistir da sua candidatura (2,5%), ter sido ameaçada de morte para aceitar determinadas decisões partidárias ou de campanha ou para desistir da sua candidatura (1,2%), entre outros.



² <https://www.geledes.org.br/racismo-institucional-o-ato-silencioso-que-distingue-as-razas/>

O racismo em espaços institucionais acontece de forma a constranger e afastar mulheres negras desses espaços. É como se uma série de ações, falas, e episódios fossem se moldando numa narrativa e comportamento sistemático que leva a própria pessoa vítima do racismo institucional a questionar seu direito a e a sua capacidade de ocupar e pertencer àquele espaço. Os episódios vão desde xingamentos públicos, até “erros” sutis, como por exemplo uma situação relacionada a produção de material da campanha eleitoral onde uma das participantes conta que

“A fotografia do santinho cortou metade do meu cabelo” (Candidata a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores - PT).

Os relatos de violência institucional vão desde determinações não cumpridas e ameaças dentro dos próprios partidos políticos pelo qual a candidata concorreu, até episódios de racismo no sistema de justiça ou mesmo em outros órgãos públicos. Uma etapa importante relacionada ao processo eleitoral, diz respeito aos trâmites financeiros e burocráticos de uma candidata, e instituições financeiras também reproduzem preconceitos e violências contra esses corpos, como relata uma participante ao dizer

“Fui extremamente mal tratada por trabalhadoras bancárias quando necessitei abrir as contas da campanha junto ao Banco do Brasil, necessitando ir com meu esposo (homem branco cis) para que fosse vista, foi um racismo imenso.” (Candidata a vereadora pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB) e outra que passou por um episódio semelhante, mas em outra agência bancária: **“Fui impedida de adentrar ao banco do Bradesco. Se negaram abrir minha conta eleitoral.”**

Candidata a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL

Os principais agentes agressores são os próprios dirigentes do partido político, representando mais da metade (50,7%) e militantes do partido (12,3%). Servidores, juizes, promotores de justiça eleitoral aparecem em terceiro lugar na lista dos principais agentes de violência institucional com 9,5%, reforçando que mulheres negras que ousam entrar na política institucional precisam enfrentar barreiras não apenas em seu próprio partido, espaço que deveria ser de apoio, como também não encontram respaldo no sistema de justiça eleitoral, uma vez que os representantes desse sistema reproduzem violências contra as mesmas.



VIOLÊNCIA RACIAL

Os levantes antirracistas organizados pelo mundo em 2020, em especial no Brasil, dão o tom sobre a urgência do debate deste tema tão importante para democracia brasileira. Os resquícios de uma abolição da escravidão inconclusa estão introjetados nos indicadores sociais que medem a qualidade e acesso dos brasileiros a direitos básicos como saúde, educação, moradia e, primordialmente, o direito à vida. Os dados estatísticos de violência letal e encarceramento refletem sobre o corpo de quem mais morre e é aprisionado no Brasil, o corpo negro.

A violência racial se manifesta através de diferentes linguagens, este tipo de violência interfere e até mesmo determina o destino e o lugar dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. A noção de raça, que ainda permeia o imaginário social brasileiro, tem sido utilizada para excluir ou alocar indivíduos em determinadas posições na estrutura social e também para deixá-los viver ou morrer.

A assessora parlamentar do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Natalia Cruz, aponta que apesar da insistência de feministas negras sobre a necessidade de alargarmos o conceito de violência de gênero e incorporarmos a violência racista como uma dimensão da primeira, pouco se tem problematizado sobre o assunto. Falar sobre violência também significa extrapolar os sentidos, incluindo não só a violência física e sexual, mas também psicológica, moral, patrimonial e simbólica. Sueli Carneiro contribui com o debate mostrando que a história violenta do patriarcado e do escravismo se desemboca em outras situações de violência contra as mulheres negras, como a violência racial no exercício dos seus direitos políticos.

Nossa pesquisa procurou avaliar tanto o impacto da violência racial em si, quando a manifestação dos ataques e discursos racistas e da discriminação racial em todos os tipos de violência política contra mulheres negras.

Nesse sentido, destinamos um eixo de investigação exclusivo para violência racial e, simultaneamente, em todas as outras categorias de violência havia como opção ataques racistas ou violações de direitos relacionados a sua cor/etnia. Enquanto a sociedade e instituições silenciam o racismo, procuramos nomeá-lo, caracterizá-lo e expô-lo nas suas diferentes manifestações. Assim, de um lado, 44,3% das participantes responderam ter sofrido algum tipo de violência racial dentro da categoria “violência racial”; por outro lado, praticamente todas as participantes, ao longo das várias questões da pesquisa, associaram algum tipo de violação à sua cor/raça. Esse fato apenas reforça a necessidade de trabalharmos com um olhar interseccional ao pensarmos as experiências de mulheres negras na política institucional brasileira.

No estudo, entre aquelas que relataram ter sofrido violência racial, 52,3% disse ter sofrido racismo enquanto desenvolvida atividade política nas eleições, 12,7% disse ter recebido ofensas relacionadas ao seu corpo em razão de sua cor/raça/etnia, 7,9% das candidatas diz ter sofrido algum dano emocional derivado de ofensas em razão de sua cor/raça/etnia e 6,3% chegaram a receber agressões físicas relacionadas a sua cor/raça/etnia enquanto desenvolvia atividade política no período eleitoral. Trata-se de uma violência que não se limita à pessoa candidata, ela alcança igualmente seus familiares, 4,7% das candidatas relataram que algum familiar foi vítima de agressões ou recebeu ameaças em razão da cor/raça/etnia em decorrência das suas atividades políticas nas eleições.



Outro aspecto relevante do debate de violência racial no período eleitoral é o relativo à distribuição de recursos do Fundo Eleitoral. Em que pese a aprovação da distribuição do Fundo Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral em setembro e a determinação de cumprimento, ainda nestas eleições, pelo Superior Tribunal Federal - o que levava a crer em um primeiro momento que uma candidatura negra seria favorecida no processo de escolhas partidárias, o que vimos foi exatamente a manutenção de privilégios dentro dos partidos e malabarismos. Situações que também foram reproduzidas dentro de partidos políticos de esquerda, o emprego de soluções que tangenciaram a aplicação da decisão do TSE de modo a manter a alocação de recursos públicos de campanhas com os mesmos candidatos de sempre, em sua maioria homens, cisgêneros, heterossexuais e brancos.

A pesquisa permitiu detectar dificuldade de entendimento e confusão por parte das candidatas no que se refere à distribuição proporcional do Fundo Eleitoral. Muitas se referiram à decisão do TSE como “cota” ou apresentaram dificuldades quando tentaram solucionar as dúvidas em outros espaços. Esse fato demonstra que a boa aplicação da decisão do TSE, e também do STF, também se relaciona com o empenho desses órgãos em produzir e disseminar a informação de forma acessível através de comunicações capazes de munir as candidaturas negras sobre seus direitos dentro de seus partidos. Muitas mulheres relataram que acionaram seus partidos políticos em busca de respostas e informações acerca dos seus direitos, mas a maioria não conseguia apoio.

Ao serem perguntadas sobre os tipos de violências raciais sofridas, 6,3% relataram não ter recebido recursos financeiros do partido para realização da sua campanha, em decorrência da sua raça. Além daquelas que relataram a falta de apoio quando tentavam buscar explicações. Uma das candidatas narra o sentimento e o impacto que essa ausência de apoio político lhe causou:

“Vi que o meu partido não quis assumir uma candidatura negra por pura racismo. Isso me machucou muito.” Candidata negra a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições 2020.

Os agentes agressores de violência racial são indivíduos ou grupos não identificados (45,8%); candidatos, indivíduos ou grupos militantes de partidos políticos adversários (18%); candidatos, indivíduos ou grupos militantes do seu próprio partido político (12,5%); dirigentes do seu próprio partido político (6,9%); indivíduos ou grupos com identidade política ideológica identificada como neonazistas, anti-feministas etc (4,1%); e membros de organizações criminosas atuando no território (1,3%). Sobre os agentes agressores, 8,3% das candidatas que sofreram violência racial indicaram não se sentir à vontade para responder a questão sobre a identificação de seus agressores.



VIOÊNCIA DE GÊNERO E LBTQIA+FÓBICA

Ao longo das últimas décadas, os movimentos de mulheres e LBTQI+ avançaram na luta para conquistar algumas vitórias sobre a garantia mínima de direitos e acesso para esta população à políticas de maior igualdade. No entanto, a violência de gênero e LBTQIA+fóbica, produzidas sob sistemas de opressão e poder, ganha contornos graves influenciando, especialmente neste caso, o cenário eleitoral brasileiro. Vale ressaltar, que a violência de gênero e LBTfóbica é um sintoma estrutural que afeta a dignidade e o bem-estar de toda a sociedade.

A violência de gênero se define como **qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica** contra alguém em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual. No centro do debate político brasileiro, as mulheres negras, cis e trans, LBTs e periféricas promovem a movimentação das estruturas brasileiras, provocando reações de ódio e violência vindas de grupos majoritariamente brancos, masculinos e cristãos, associados ao domínio histórico das instituições no Brasil.

Especialmente, as mulheres e homens negros transgênero ganharam destaque nessas eleições, ampliando sua participação política ativa na concorrência a pleitos em, pelo menos, 25 estados do país, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Porém, é importante mobilizar nosso imaginário para a constatação que, também em 2020, no primeiro semestre, a Antra divulgou que 89 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, quantidade que supera em 39% a registrada no mesmo período de 2019. Para a entidade, os números escancaram como a omissão de autoridades governamentais têm contribuído para que pessoas trans e travestis estejam no centro de um contexto amplo de vulnerabilidade, que inclui agora efeitos da pandemia de COVID-19.

A violência de gênero é um instrumento utilizado por setores conservadores da sociedade para produzir

ataques ideológicos contra grupos marginalizados e contra setores progressistas de forma geral. Este foi o tipo de violência menos relatado pelas participantes da pesquisa, ainda assim, podemos ver uma tendência na associação de candidaturas de partidos progressistas com a defesa de pautas das pessoas LBTQIA+. Tal relação é visível quando, mesmo que a candidata não seja uma mulher trans, lésbica, bissexual, pansexual, entre outras, ela relata sofrer ofensas relacionadas a questão da identidade de gênero ou sexualidade.

Em nossa pesquisa, relatos de candidatas negras LBTs que sofreram violências antes mesmo do período eleitoral se iniciar oficialmente foram comuns. Uma das candidatas relatou um episódio de agressão física e LBTQIA+fóbica onde um pré-candidato de partido político adversário agrediu a ela e companheiros de pré-campanha:

“Antes do processo eleitoral, no começo do ano, ministra Damarens veio a [cidade] e na ocasião eu e alguns ativistas organizamos uma manifestação contra as suas declarações lgbtfóbicas. Um vereador “bolsonarista” organizou uma dezena de homens para nos ameaçar e reprimir. Arrancaram nossa bandeira LGBT, tomamos chutes, socos e ovadas. Um deles disse até estar armado. Depois disso, o vereador em questão, sempre que me vê, me assedia. Hoje, ele está candidato a prefeito e os outros homens estão candidatos a vereador. A polícia assistiu a toda a agressão sem mover uma palha.”

Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

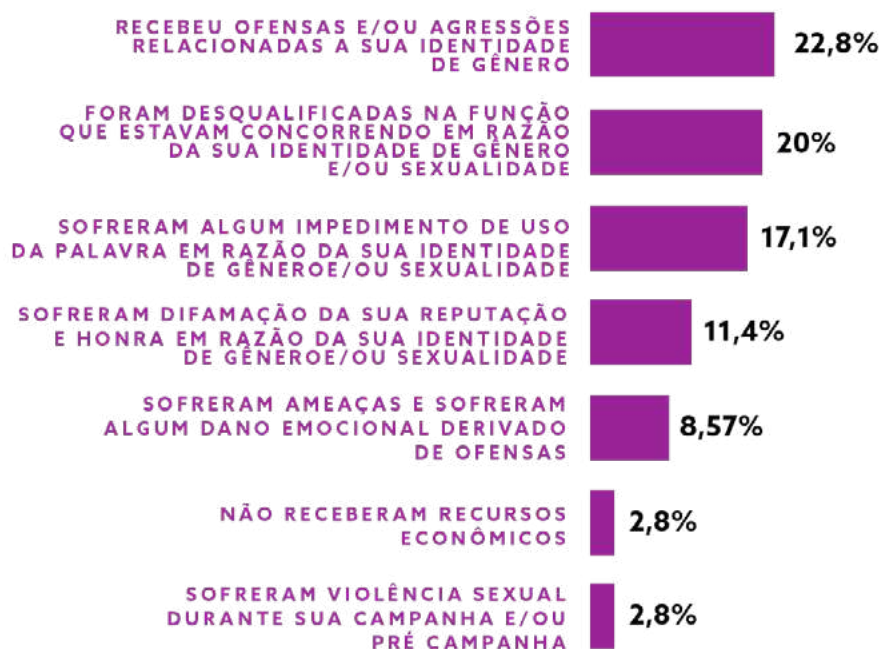
A candidata em questão chegou a denunciar o episódio a seu próprio partido político, ainda assim, relatou que a denúncia e o encaminhamento do caso às autoridades não a ajudou no encaminhamento da questão e nem lhe trouxe mais segurança no exercício da sua atividade político-partidária. Além disso, ela, assim como 71% das participantes da pesquisa, não contou com nenhuma formação ou apoio para entender quais medidas de proteção física, auto-cuidado ou proteção digital poderiam lhe ajudar a enfrentar ou superar a situação de violência.

Mesmo com o avanço e conquista de direitos por parte da população LBT+, a situação das mulheres trans

em partidos progressistas e os episódios de deslegitimação que estas enfrentam parecem ter se intensificado. Uma participante trans nos conta que: ***“Fui vítima de um ataque transfóbico por parte de um candidato a vereador do PT, onde o mesmo segue manipulando pessoas para perpetuar suas falas transfóbicas. A violência não acabou, segue viva, muito influenciada por mulheres cis que estão defendendo e ‘justificando’ os ataques.”***

Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

Entre as participantes da pesquisa, 24,6% das candidatas relataram ter passado por algum tipo de violência de gênero ou LBTfóbica. Dentre as quais, 22,8% receberam ofensas e/ou agressões relacionadas a sua identidade de gênero, 20% foram desqualificadas na função que estavam concorrendo em razão de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, 17,1% sofreram algum impedimento de uso da palavra em razão de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, 11,4% sofreram difamação da sua reputação e honra em razão da sua identidade de gênero e/ou sexualidade, 8,57% sofreram ameaças em razão de sua identidade de gênero e/ou sexualidade e sofreram algum dano emocional derivado de ofensas respectivamente, 2,8% não receberam recursos econômicos para sua campanha em razão de sua identidade de gênero e/ou sexualidade, e também 2,8% sofreram violência sexual (estupro, abuso, aliciamento, assédio, exploração) durante sua campanha e/ou pré campanha.



Com relação aos agentes agressores deste tipo de violência, em primeiro lugar estão indivíduos ou grupos não identificados (46,5%); seguido por candidatos, indivíduos ou grupos militantes de seu próprio partido político (20,9%); candidatos, indivíduos ou grupos militantes de partidos políticos adversários (13,9%); e indivíduos ou grupos com identidade política ideológica identificada como neonazistas, anti-feministas etc (6,9%). Uma parcela significativa das participantes revelaram não se sentir à vontade em responder a pergunta sobre a identificação dos agressores (6,8%), além de terem tido respostas como a ação de apoiadores da própria campanha como agressores (2,3%).



VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência psicológica pode ser entendida como qualquer conduta que cause dano emocional, diminuição da auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento visando degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões; mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação da mulher.

Especialistas apontam que, apesar de não deixar marcas físicas evidentes, a violência psicológica e moral é também uma grave violação contra os direitos humanos das mulheres negras, que produz reflexos diretos na sua saúde mental e física. Considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a forma mais presente de agressão intrafamiliar à mulher, sua naturalização é apontada ainda como estímulo a uma espiral de violências.

Para mulheres negras, em especial, a violência psicológica e moral ganha contornos dramáticos e cruéis devido a percepção gerada de que este tipo de violência é difícil de se diagnosticar e tratar, por ter características subjetivas, esta violência avança de forma acelerada e tem impactos ampliados sobre as candidatas negras que concorreram ao pleito eleitoral em 2020.

Um ponto relevante a respeito deste tipo de violência diz respeito a religiosidade e território. A participação de mulheres negras de adeptas da religião de umbanda, candomblé ou outras religiões de matriz africana neste estudo foi expressiva em nossa pesquisa, totalizando 38% das participantes. Estas candidatas contribuíram para o destaque de uma importante chave de reflexão sobre religião, racismo e política nestas eleições. Cabe dizer que a noção de racismo religioso é uma expressão que abre caminho e

conquista espaços relevantes na luta antirracista no Brasil.

Uma das participantes relatou não ter tido sua religiosidade respeitada no próprio partido ao dizer que precisou *“Lutar pela minha identidade enquanto iyalorixá”* (Candidata negra a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores - PT). Já outra participante, também de religião de matriz africana e de periferia, reforçou a associação entre pessoas de regiões periféricas e favelas com criminalidade *“Muitas vezes é questionada nossa posição sobre a criminalidade, e quando falamos o que pensamos somos taxadas de defensoras de bandido e contra o cidadão de bem.”* (Candidata a vereadora pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB).

O debate territorial também aparece junto a discussão do papel dos partidos políticos na defesa de suas candidatas negras no relato de uma participante onde ela desabafa que:

“O processo já é violento pois a estrutura é machista e racista. A resolução aprovada de que candidaturas negras deveriam ter 50% e LGBTQI + 15% escancarou os ‘esquerdomachos’ do partido. Me senti abandonada e excluída. Os companheiros se incomodaram e disputaram comigo como se fossem rivais. [...] Para além disso, tive que deixar minha casa, pois a facção que controla o tráfico [no território] estava visando minha casa achando que tinha dinheiro.”

Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

A onda de desinformação que foi extremamente presente nas campanhas virtuais e usadas por adversários políticos, nesta eleição parece ter encontrado espaço em meio a disputas internas dos próprios partidos. Uma das participantes ao ser perguntada sobre episódios de violência moral ou psicológica relatou que ***“Fui vítima de uma fake news sobre uma possível saída do meu partido para disputar em outra sigla e que teria sido barrada na legenda ao qual disseram que eu me filiaria.”*** (Candidata negra a vereadora pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB).

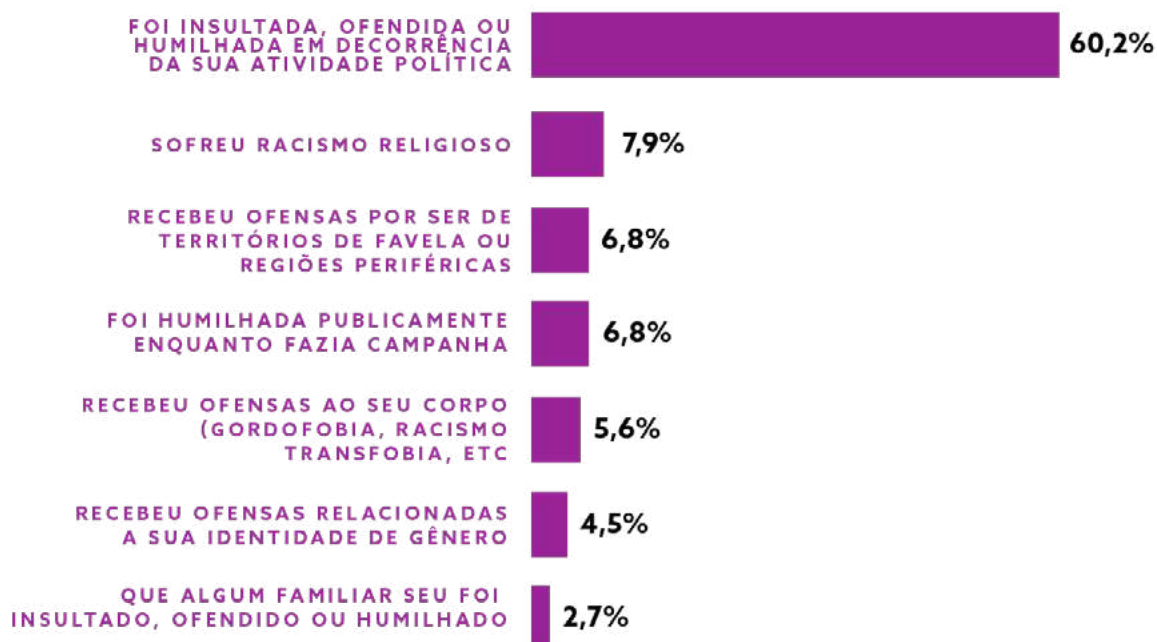
O impacto dessas violências, moral e psicológica em ambientes institucionais também aparecem em relatos de candidatas que adoceram e precisaram buscar ajuda profissional de forma independente. Uma das

participantes, relatou que, após um episódio de machismo e racismo ocorrido dentro de um espaço de seu partido político e ao se ver exposta, humilhada e desacreditada por outros companheiros, teve que buscar ajuda médica, segundo ela:

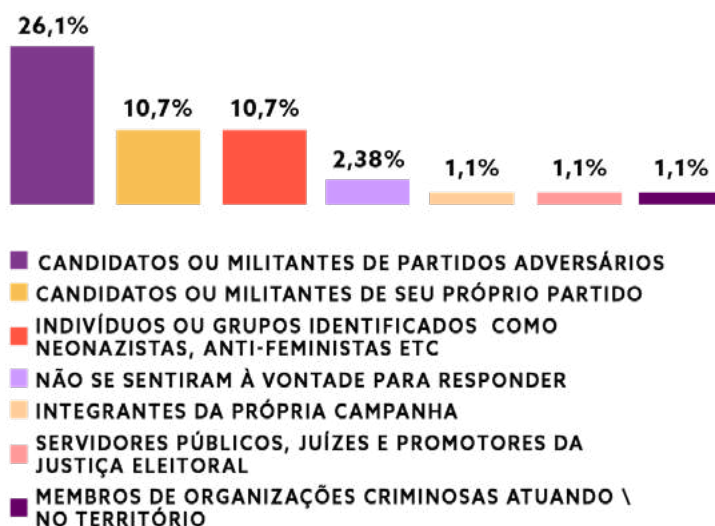
“... Após esse episódio, eu fui parar na UPA (Unidade de Pronto Atendimento), fui encaminhada com urgência para atendimento psiquiátrico e minha vizinha, que é também a dona da casa que eu alugava e que também se diz minha mãe ‘postixa’ ficou me monitorando por vários dias. Foi aí que eu consegui regular um tratamento, antes disso eu levei meses para conseguir pensar no que fazer, me sentia completamente desorientada.”

Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

Ao todo, 62% das participantes afirmaram ter sofrido algum tipo de violência moral ou psicológica. Esta violência contra candidatas negras, também passa pela sua religiosidade, sua raça e seu lugar de origem. Entre as candidatas que afirmaram ter sofrido esse tipo de violência 60,2% relataram terem sido insultadas, ofendidas ou humilhadas em decorrência da sua atividade política nas eleições, 7,9% relataram ter sofrido racismo religioso, ao receberem ofensas relacionadas à sua religião, e 6,8% afirmaram ter recebido ofensas por ser de territórios de favela ou regiões periféricas, bem como 6,8% das candidatas relataram ter sido humilhadas publicamente enquanto faziam campanha, 5,6% relataram ter recebido ofensas relacionadas ao seu corpo (gordofobia, racismo, transfobia, etc), 4,5% receberam ofensas relacionadas a sua identidade de gênero, 2,7% relataram que algum familiar seu foi insultado, ofendido ou humilhado em decorrência de sua atividade política nas eleições, entre outros relatos.



Com relação aos agentes agressores, 44% foram indivíduos ou grupos não identificados; 26,1% candidatos, indivíduos ou grupos militantes de partidos políticos adversários; 10,7% candidatos, indivíduos ou grupos militantes do próprio partido político da candidata; 10,7% indivíduos ou grupos com identidade política ideológica identificada (neonazistas, anti-feministas etc); 1,1% integrantes da própria campanha, 1,1% servidores públicos, juízes e promotores da justiça eleitoral; e 1,1% membros de organizações criminosas atuando no território, entre outros. 2,38% das participantes relataram não se sentirem à vontade para responder a questão sobre a identificação de seu agressor.



0#!%*~

@#!%*

@#!%*

#!%*



VIOLÊNCIA FÍSICA

Segundo a pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil - Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020, que mapeou 327 casos ilustrativos de violência política, entre 01 de janeiro de 2016 a 01 de setembro deste ano, foram registrados, no referido período, 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de prisão ou tentativa de detenção de agentes políticos, sejam (pré)-candidatos(as) ou eleitos(as). A pesquisa filtrou, sempre que possível, atos com motivação diversas.

A análise dos dados levantados na pesquisa apontou também que houve um aumento dos atos violentos contra a vida nos últimos anos. De 19 assassinatos e atentados mapeados em 2017, passou-se a 32 em 2019. Em 2020, haviam sido contabilizados 27 casos somente até o início do mês de setembro. Em atualização preliminar da pesquisa, vê-se que este número aumentou vertiginosamente: foram registrados mais 12 assassinatos e 66 atentados somente de 01 de setembro até 20 de novembro, período que englobou as eleições municipais. Com estes números, **2020 totalizou, ainda sem findar-se o ano, um trágico recorde: 105 casos de assassinatos e atentados contra agentes políticos, um número 5 vezes maior do que o quantitativo de 2017.**

Apesar dos dados de violência física política serem conectados majoritariamente a homens, produzido por estruturas patriarcais e violentas de poder que potencializam os dados de assassinatos e atentados contra parlamentares e candidatos, são as mulheres negras em disputa eleitoral que também são colocadas em vulnerabilidade a partir de seu território, gênero e orientação sexual, recebendo ameaças, atentados e agressões físicas no seu cotidiano de mandato ou campanha eleitoral e tendo seus casos invisibilizados dentro da grande mídia e do debate público. A ausência de medidas concretas que combatam a produção de violência política física contra candidaturas, em especial de mulheres negras, fomenta este cenário de permissibilidade violenta no Brasil.

A violência física e tentativas de intimidação, bem como episódios violentos, se demonstraram presentes nos relatos das participantes da pesquisa. Um dos episódios, um atentado, chama atenção pelo nível de perigo que colocou não apenas a candidata negra, mas a outros integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Em seu relato, a então candidata, conta que:

“No dia 16 de outubro, ao sairmos de um trailer, fomos abordados por um rapaz, que iniciou uma série de ofensas ao nosso partido, lideranças e a nós. E ao ver que não conseguiria levar a discussão adiante conosco, efetuou 4 disparos de arma de fogo pro alto em nossa direção. Antes dos disparos, ele me chamou por 3 vezes, porque queria levar essa discussão comigo. No momento do atentado, estavam comigo, o presidente do nosso partido, nosso candidato a prefeito, nossa vice e seu companheiro.”

Candidata negra a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores - PT

O caso acima foi denunciado tanto em delegacia, quanto diretamente ao Secretário de Justiça do Estado. Ainda assim, muitos outros acabam não tendo nenhum encaminhamento. Sobre a questão das denúncias, falaremos melhor mais a frente. Outro episódio de ódio relacionado ao avanço de posições de extrema direita foi relatado por uma das participantes. Dessa vez, o ódio contra mulheres negras e a violência contra memória de Marielle, foi o foco do ataque covarde:

“Durante um ato pacífico que eu e alguns companheiros realizamos em frente a um evento bolsonarista (levamos uma faixa perguntando o porquê da primeira dama receber 89 mil do Queiroz), fui agredida por um dos participantes que jogou sinalizadores acesos em mim, enquanto gritava que Marielle estava morta e me perguntava onde ela estava. Eu era a única pessoa negra na atividade e todas as ofensas e agressões se direcionaram a mim. A todo momento repetiam que Marielle estava morta e que ia explodir uma bomba em mim. Ficamos encurralados e só conseguimos sair, porque o [nome] chegou e eles entraram no clube onde a atividade ia acontecer.” Candidata negra a vereadora pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB

A intimidação em espaços públicos em decorrência de sua atividade política e o medo pela integridade física foram constantes durante todo o processo eleitoral e chamam a atenção nos relatos das participantes da pesquisa. Uma delas relatou que, ao utilizar um carro por meio de aplicativo, precisou descer do mesmo por se sentir ameaçada fisicamente devido sua posição política e por estar em atividade de campanha.

Entre as participantes de nossa pesquisa, 42% relataram ter sofrido algum tipo de violência física, entre elas: 41,6% temeram pela sua integridade física ao realizar campanha em um determinado território, 16,6% foram intimidada por alguém ao realizar campanha na rua, 13,3% sofreram outro tipo de intimidação que limitou o seu direito de fazer campanha em determinados territórios, 13,3% receberam ameaças de morte durante o período de pré-campanha ou campanha eleitoral, 6,6% sofreram ameaça de violência física durante o período de pré-campanha ou campanha eleitoral, 5% sofreram agressões físicas ou tentativas de agressões físicas em ambiente público enquanto realizavam campanha e 3,3% tiveram algum familiar que sofreu agressões físicas ou tentativas de agressões em decorrência da sua atividade política nas eleições.

³ Em agosto de 2020, foi revelado que o ex-motorista e ex-assessor do então Deputado Estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, Fabrício Queiroz e sua esposa, Márcia Aguiar, juntos depositaram entre 2011 e 2016 cheques que totalizavam R\$89mil para a primeira-dama Michelle Bolsonaro. O caso ganhou repercussão e militantes de partidos de esquerda, centro-esquerda e ativistas sociais realizaram uma campanha com foco no presidente Bolsonaro perguntando “Presidente, por que Michelle recebeu R\$89 mil do Queiroz e sua esposa?”. Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/08/23/presidente-por-que-michelle-recebeu-r-89-mil-de-queiroz-e-esposa.htm>



Ao serem perguntadas sobre a identificação do agente agressor, os agressores foram identificados como: candidatos, indivíduos ou grupos militantes de partidos políticos adversários (32,8%); indivíduos ou grupos não identificados (23,8%); indivíduos ou grupos com identidade política ideológica identificada como neonazistas, anti-feministas, etc (19,4%); membros de organizações criminosas atuando no território (8,9%); candidatos, indivíduos ou grupos militantes do seu próprio partido político (7,4%); e agentes de segurança como militares, polícia civil, etc (1,4%) entre outros.



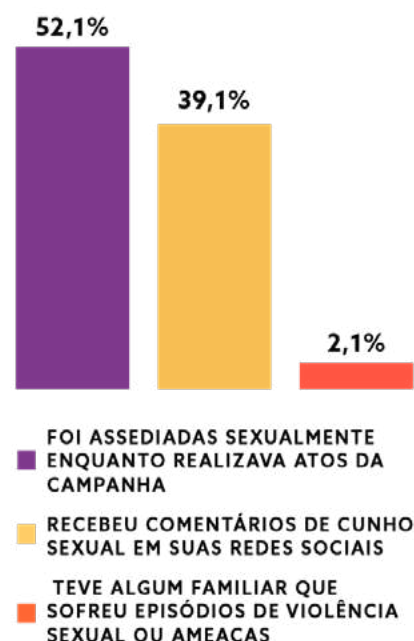
VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual é um traço constante que marca a vida de mulheres de todo o mundo, presente no cotidiano de uma sociedade moderna fundada sobre princípios racistas, patriarcais e de classe. Para as mulheres negras, esta violência está associada historicamente ao processo de colonização desse país. Foram os estupros e abusos sexuais contra mulheres negras escravizadas durante muito tempo que embasaram a política existente nas fazendas e propriedade de terras - estas deram lugar aos territórios urbanizados e rurais do país. Uma história de violência e estupro que produziu a identidade racial nacional, nunca tratada, diagnosticada e reparada pelo Estado brasileiro.

No Brasil, a Lei 12.015/2009 atualizou o Código Penal e protege as vítimas nos casos dos chamados “crimes contra a dignidade sexual”. A existência da legislação e de órgãos encarregados de proteção das vítimas não é suficiente para criar um ambiente em que a denúncia não seja intimidatório e marcada pelo medo de intimidação, retaliação e constrangimento por parte das vítimas de violência sexual. Entre as dificuldades de visibilizar esta violência estão o medo (de ser julgada pela sociedade; de sofrer represália quando o agressor é uma figura de poder ou considerada pessoa de confiança), vergonha,

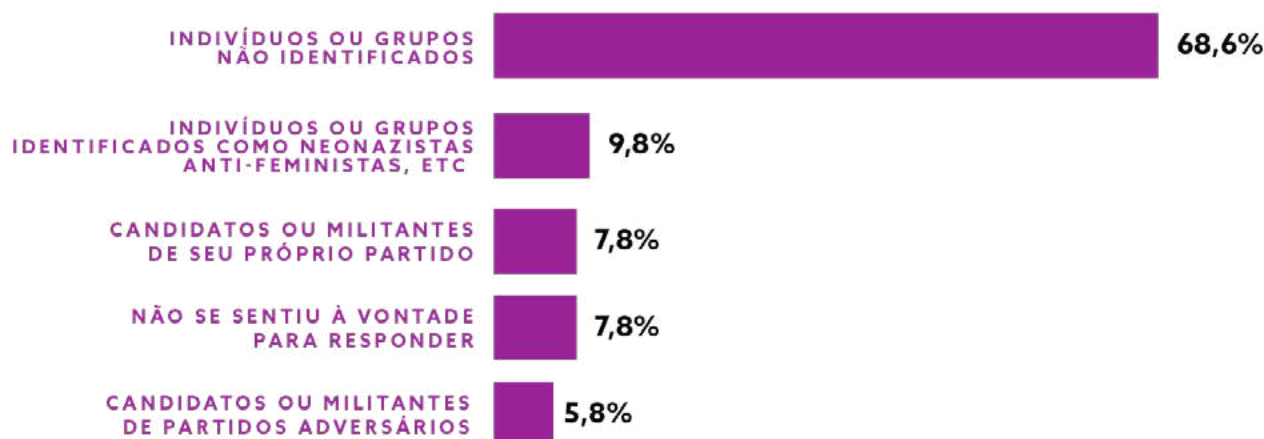
burocracia das investigações e sensação de impunidade no julgamento dos culpados.

Para candidaturas de mulheres negras, esta violência sexual esteve presente no ato de fazer campanha, estar na rua, ou mesmo ao estar exposta no ambiente virtual. Ao todo, 32,3% das candidatas relataram ter passado por algum tipo de violência sexual durante o período eleitoral ou de pré-campanha. Quando perguntadas sobre o que sofreram, 52,1% relataram terem sido assediadas sexualmente enquanto realizava atos relativos à sua candidatura e campanha, 39,1% receberam comentários de cunho sexual em suas redes sociais, 2,1% tiveram algum familiar que sofreu episódios de violência sexual ou ameaças de violência em decorrência da sua atividade política nas eleições.



Quando perguntadas sobre os tipos de violências, algumas participantes compartilharam episódios específicos de assédio sexual que passaram neste período eleitoral como: ***“Um potencial eleitor sugeriu que usaria minha foto para se masturbar” (Candidata negra a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores - PT), além de episódios de deslegitimação da capacidade política da candidata por parte do eleitorado como este que foi relatado: “[Um eleitor] falou que votaria em mim por causa da minha beleza” (Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL).***

Com relação aos agentes agressores, 68,6% das participantes relataram ter sofrido violência sexual de indivíduos ou grupos não identificados; 9,8% de indivíduos ou grupos com identidade política ideológica identificada (grupos neonazistas, grupos anti-feministas etc); 7,8% candidatos, indivíduos ou grupos militantes do seu próprio partido político e 5,8% candidatos, indivíduos ou grupos militantes de partidos políticos adversários. Além disso, 7,8% das candidatas relataram não se sentir à vontade para responder a questão sobre a identificação de seu agressor.



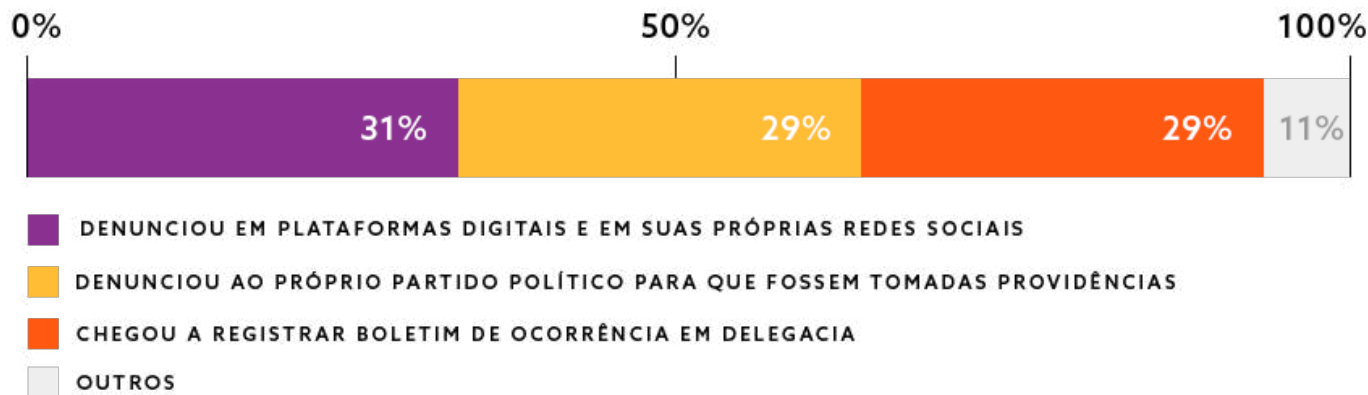
DENÚNCIAS

Com relação às denúncias realizadas, apenas 32,6% das participantes de nossa pesquisa afirmaram ter denunciado algum dos casos de violência que sofreu. Entre o total das participantes que responderam a pergunta sobre denúncia, 29% afirmou não ter denunciado por não querer, enquanto 17% sinalizaram não se sentirem seguras ou sentir medo de denunciar a violência que sofreu, 6,8% das participantes indicaram não ter denunciado por não saberem onde denunciar. O restante respondeu com relatos de denúncias. Também entre as participantes, 7,2% sinalizou não se sentir à vontade para responder essa pergunta.

32,6% DO TOTAL DE CANDIDATAS NEGRAS DENUNCIARAM



Entre as que denunciaram, 31,1% denunciaram em plataformas digitais (suas redes sociais), 28,8% denunciaram ao seu próprio partido político e 28,8% chegaram a registrar Boletim de Ocorrência em delegacia ou denunciar à delegacia de crimes digitais, outras formas de denúncias ou medidas corresponderam a 11,1%.

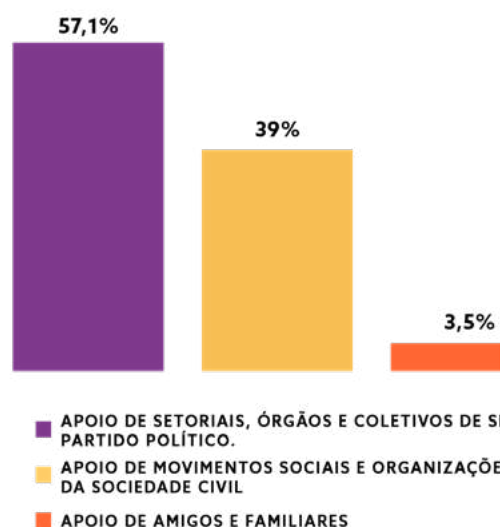


70% DAS CANDIDATAS QUE DENUNCIARAM AFIRMARAM QUE A DENÚNCIA NÃO LHE TROUXE MAIS SEGURANÇA



Ainda assim, a denúncia parece não ter lhes ajudado tanto, uma vez que 70% das candidatas que denunciaram afirmaram que a denúncia e o encaminhamento do caso às autoridades não lhe trouxe mais segurança para o exercício da sua atividade político-partidária. Além disso, 71% delas relataram não ter contado com nenhuma formação ou mesmo apoio para entender que medidas de proteção poderiam ajudar a enfrentar ou superar as situações de violência pelas quais passaram.

Com relação às que contaram com apoio para realização da denúncia e também para sua própria proteção, 57,1% relataram ter contado com apoio de setoriais, órgãos e coletivos de seu partido político. Chama atenção o papel de movimentos sociais, em especial movimentos de mulheres negras, movimentos negros e organizações da sociedade civil que atuam na defesa de direitos humanos, juntos, correspondendo a 39% dos órgãos, coletivos ou instituições que ajudaram essas candidatas de alguma forma a denunciarem o ocorrido, além de 3,5% que contou com apoio de amigos e familiares.



A dificuldade em realizar as denúncias e ainda, a inércia daquelas instituições que deveriam auxiliar essas mulheres já vulnerabilizadas, só torna ainda mais crítica a situação das candidatas e agora, parlamentares eleitas. Uma das participantes da pesquisa contou que **“Um vizinho antipetista descobriu sobre minha candidatura e espancou meu gato. O gato está vivo, o encontrei no dia seguinte com 5 ossos quebrados. Avisei ao partido municipal e só tive silêncio em resposta.”** (Candidata negra a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores - PT).

Outra candidata, vítima de violência racial por parte de candidatos, indivíduos e militantes de seu próprio partido, ao ser perguntada se havia denunciado algum episódio respondeu que não havia feito, pois teve medo ou não se sentiu segura para fazer a denúncia, e ainda completou seu relato dizendo que **“Sim [tive dificuldade para fazer a denúncia]. Tenho medo de retaliações partidárias.”** (Candidata negra a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores - PT).

As barreiras existentes para realização da denúncia são, acima de tudo institucionais. Uma das participantes, uma mulher negra trans relatou o constrangimento ocorrido na delegacia ao tentar registrar um Boletim de Ocorrência: **“Ao registrar o Boletim de Ocorrência, não havia opção de nome social”** (Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), o que reforça ainda mais a ação de agentes

do estado, tecnologias existentes nestes aparelhos do estado para conseguir acolher e dar encaminhamento para pessoas trans e outros grupos. Esse aspecto é sinalizado por outra participante que reforça que **“As ferramentas de denúncia são muito precárias e pouco resolutivas, desanimador para quem tenta denunciar.”** (Candidata negra a vereadora pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB) e mais uma participante, vítima de violência física e racial que desabafa sobre as barreiras que a tecnologia, que deveria ser um instrumento facilitador, muitas vezes impõe na tentativa de denúncia de uma violência:

“Registrei o boletim de ocorrência on line, por conta do período da pandemia e pq a delegacia considerava um crime não urgente. Mas não consegui dar encaminhamento, mesmo tendo vídeos e provas que identificavam o agressor. A delegacia se negou a validar meu Boletim de Ocorrência sem que eu tivesse recebido a notificação online, que nunca chegou.” Candidata negra a vereadora pelo Partido Comunista do Brasil - PCdoB

Os dados e relatos das participantes apontam para um aparato institucional precário no que diz respeito ao objetivo de pôr um fim a uma cultura de violência contra mulheres negras na política. É significativo o fato de aproximadamente um terço das participantes da pesquisa terem preferido a utilização de canais privados de denúncia, nomeadamente suas próprias redes sociais, em detrimento

Esta realidade pode ser explicada por diversos fatores. A denúncia das situações de violência política e eleitoral é em si um processo traumático e revitimizador para as mulheres, a falta de capacidade e preparo das instituições para acolher as vítimas e encaminhar de forma célere as denúncias funciona como um catalisador do ambiente de insegurança que passa a aterrar estas mulheres a partir do momento em que a violência acontece. Enquanto violação de direitos humanos, a violência política contra mulheres negras exige o compromisso do Estado com a criação de: (a) ambientes seguros para denúncia, (b) fluxos e protocolos contra retaliações partidárias ou políticas, (c) medidas de proteção e apoio, inclusive psicológico, a longo prazo.

Este ambiente de incerteza e insegurança acerca do desempenho das instituições abrange desde a capacidade de resposta dos partidos políticos, passa pela ineficácia de processos disciplinares em comissões de órgãos públicos e inclui a falta de providências ou a atuação precária por parte dos órgãos do sistema de justiça. O flagrante desconhecimento por parte das autoridades responsáveis em relação à legislação anti-racista - o que leva a uma resistência a caracterizar como crime situações inequívocas de racismo ou discursos de ódio racial, ou ainda, o amplo desconhecimento da legislação de proteção das mulheres contra a violência - o que leva a total falta de orientação acerca de medidas de proteção que podem ser adotadas,

são apenas alguns exemplos mais evidentes da necessidade de estruturação e preparo das instituições e partidos políticos para combater o fenômeno da violência política contra mulheres negras.

Por outro lado, a falta de confiança nas instituições do Estado no momento da denúncia também resulta da ineficiência dos órgãos em garantir uma atuação articulada que envolva todas entidades com competências na apuração dos fatos e na garantia de proteção e apoio às vítimas. A falta de um protocolo integrado com fluxos e medidas de apoio e proteção às vítimas resulta num sistema que não sabe o que responder e cujas respostas padrão têm-se provado altamente ineficazes. Trata-se de um risco à proteção da nossa democracia, não só pelos impactos da violência política em si, mas também porque as instituições correm o risco de tornarem-se socialmente irrelevantes perante um fenômeno cada vez mais grave e preocupante do ponto de vista político e social.

“FUI ELEITA, E AGORA?”: QUANDO A VIOLÊNCIA ELEITORAL SE TRANSFORMA EM VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA PARLAMENTARES NEGRAS

O fim do período eleitoral e com isso a vitória nas urnas, para alguns candidatos pode significar mais tranquilidade e segurança, além do início de uma vida na política institucional. Para essas ex-candidatas negras, que agora são vereadoras e prefeitas eleitas, o problema da violência pode estar apenas começando. O que antes era violência eleitoral, transforma-se e se potencializa como violência política.

Assim que chegamos ao fim das eleições do primeiro turno de 2020 e tivemos o nome e as trajetórias de centenas de mulheres negras eleitas em todo o Brasil, uma série de ataques racistas e machistas começaram a ser publicizados pelas mesmas. Foram mensagens, comentários, xingamentos e até mesmo atos de violência moral presenciais contra parlamentares eleitas. Nada de novo dentro da institucionalidade, mas dessa vez, seguindo a tendência do período eleitoral onde as campanhas se deram principalmente nas redes sociais, os grupos e indivíduos racistas sequer esperaram o dia da posse para começarem a deslegitima-las.⁴

Com relação às participantes da

pesquisa, 6,3% delas foram eleitas vereadoras, totalizando nove novas vereadoras negras que se juntaram à outras mais de 3600 mulheres negras eleitas neste ano para as câmaras municipais de todo o Brasil. Além disso, tivemos 1 candidata que chegou ao segundo turno na disputa de uma prefeitura e 34,5% de nossas participantes foram eleitas suplentes, um total de 49 mulheres negras que conseguiram ter votações expressivas em seus municípios e que podem, em algum momento desses próximos 4 anos, vir a assumir o cargo de vereadora.

Esses números, embora pareçam ainda estar longe do que queremos em representação, demonstra o potencial dessas mulheres negras que, mesmo em um cenário de subfinanciamento e violências, conseguiram mostrar sua força nas urnas no ano de 2020. Foi demonstrado também, o poder de uma base eleitoral de mulheres negras, que durante todo o período eleitoral se mobilizou para fazer valer o projeto político de sociedade que mulheres negras construíam antes de nós.

Neste ano, os episódios de violência vereadoras negras eleitas pareceram ter ganhado força imediatamente após as eleições. Como foi o caso de Ana Lúcia Martins, vereadora eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que recebeu ameaças de morte na

semana seguinte a sua eleição. Ana Lúcia é a primeira vereadora negra do município de Joinville, em Santa Catarina, corre risco de vida e precisou recorrer a órgãos estaduais e federais de proteção para garantir sua segurança e para que sua posse ocorra em 2021.

Outro caso também simbólico que veio a tona na noite da eleição de segundo turno, foi o da vereadora eleita Beatriz Caminha (PT) em Belém, no Pará, que após a vitória para prefeitura do candidato do Partido e Liberdade (PSOL) foi retirada do local de coletiva de forma violenta por seguranças contratados pela equipe do então Deputado Federal e agora prefeito eleito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSOL). O caso foi denunciado nas redes sociais da vereadora e tanto o prefeito, quanto sua equipe no dia seguinte cobraram explicações da empresa de segurança contratada.⁵

Os ataques não ficam restritos às eleitas vereadoras e tão pouco a partidos de centro-esquerda e esquerda, a prefeita eleita do município de Bauru, em São Paulo, Suéllen Rosim do Partido Patriota, recebeu ataques racistas em suas redes sociais na véspera das

⁴ Em 1º de fevereiro de 2019, no dia da posse de deputados estaduais eleitos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) a ex-assessora de Marielle Franco e Deputada Estadual Dani Monteiro (PSOL), teve seu carro pichado com ameaças no estacionamento do Palácio do Tiradentes. Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/em-seu-primeiro-dia-na-alerj-deputada-tem-carro-pichado-com-ameacas-23427893.htm>

⁵ O Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a campanha à prefeitura de Belém do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) se solidarizaram com Beatriz Caminha no dia seguinte ao ocorrido. Beatriz é a vereadora eleita mais jovem da história da capital do Pará. Fonte: <https://revistaforum.com.br/politica/vereadora-mais-jovem-de-belem-diz-ter-sido-expulsa-de-coletiva-de-edmilson/>

eleições de segundo turno na cidade.⁶ Os comentários deixados em suas redes relacionam a sua cor e demais características físicas a “favelados” de forma pejorativa. Os comentários foram rebatidos pela prefeita eleita e a autoria dos ataques está sendo investigada.

Ainda na primeira semana de dezembro, um ataque coordenado contra diversas parlamentares negras e trans chamou atenção para o tema da violência política e os perigos que mulheres negras estão expostas. O e-mail, enviado pelo mesmo remetente para as eleitas apresenta ameaça de morte, xingamentos racistas, transfóbicos e misóginos, além de constar o endereço residencial das vítimas e uma exigência de renúncia aos seus mandatos. O episódio alerta para a violência e o perigo eminente que essas mulheres estão expostas na vida política pública.

Algumas delas, já mencionadas aqui, se pronunciaram publicamente e estão tomando as medidas necessárias. Até agora, as vítimas desse ataques são as vereadoras eleitas Benny Brioli, do PSOL de Niterói - RJ, Duda Salabert, do PDT de Belo Horizonte

- MG, Carol Dartora, do PT de Curitiba - PR e Ana Lúcia do PT de Joinville - SC, além da prefeita eleita Suellen Rosim do Patriota de Bauru-SP, e a deputada federal Talíria Petrone do PSOL-RJ. O caso está sendo investigado por autoridades competentes e a princípio possui associação com um dos maiores grupos de ódio do Brasil, conhecido como dogolachan, existente na Deep Web.

Em 2020, apesar de ainda pequeno, tivemos importantes avanços na eleição de mulheres negras. Passamos a ter 6,3% de mulheres negras eleitas a vereadora, comparado a apenas 5% em 2016. Além disso, aumentamos as prefeituras também, fomos de 3,2% de prefeitas negras em 2016, para 3,9% neste ano (TSE, 2020). Diante do imenso desafio que a pandemia do novo coronavírus apresentou para todo o mundo, mas no Brasil, em especial, para as mulheres negras, podemos dizer que tivemos êxito em pautar e fazer valer esse novo projeto de sociedade nas urnas.

O avanço da ocupação de mulheres negras nos espaços institucionais aponta para um desafio que o Estado brasileiro até hoje se recusou a resolver. As dinâmicas racistas e patriarcais que moldam a estrutura política brasileira fomentam cotidianamente violências contra mandatárias eleitas democraticamente no Brasil. Desde ameaças de morte e

atentados a violências psíquicas e virtuais, nossas parlamentares estão expostas e vulneráveis a ataques apenas por ousarem ocupar o espaço institucional.

A proteção destas mulheres e seu exercício político passa pela defesa do que acreditamos ser uma democracia sem resquícios coloniais e racistas, pela reforma de instituições, pela produção de políticas propositivas que garantam equidade no acesso a oportunidades e recursos, pela renovação da esperança associada a resistência, resiliência e liderança destes corpos nos processos de transformação definitivos de nossa sociedade.

⁶ Os ataques racistas direcionados à prefeita eleita de Bauru, Suellen Rossi (Patriota) em suas redes sociais foram denunciados em delegacia local. Após isso, ela ainda recebeu mais ameaças por e-mail. O caso está sendo investigado pela Fonte: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/12/02/apos-ataques-racistas-prefeita-eleita-em-bauru-e-ameacada.htm>



DEPUTADA FEDERAL TALÍRIA PETRONE (PSOL/RJ)

VIOLÊNCIA
POLÍTICA
RACIAL, FÍSICA
E VIRTUAL

VIOLÊNCIA
COMETIDA
POR GRUPOS
NÃO-IDENTIFICADOS.

A denúncia de violência política e ameaças contra a dep. Talíria foram protocoladas em instâncias nacionais e internacionais, a morosidade e a falta de informações sobre as investigações e a ausência de estrutura protetiva a Talíria fizeram com que a parlamentar articulasse nacionalmente movimentos e organizações para incidirem diretamente em prol de sua segurança imediata.

A recém eleita vereadora Benny Briolly (PSOL/ Niterói), mulher negra trans, sofreu ameaças de morte e ataques em suas redes sociais. As denúncias de violência política contra a recém vereadora foram protocoladas na delegacia local, sem identificação dos autores, Benny iniciará seu mandato parlamentar sem estruturas protetivas suficientes para garantir seu direito ao exercício político pleno.

**VIOLÊNCIA
POLÍTICA DE
GÊNERO E LGBTQFÓBICA,
RACIAL E VIRTUAL.**

**VIOLÊNCIA
COMETIDA POR GRUPOS
FUNDAMENTALISTAS DE
EXTREMA DIREITA**



VEREADORA BENNY BRIOLLY (PSOL/ NITERÓI)



VEREADORA ANA LÚCIA (PT/JOINVILLE)

**VIOLÊNCIA
POLÍTICA RACIAL,
FÍSICA E VIRTUAL**

**VIOLÊNCIA
COMETIDA POR GRUPOS
NÃO-IDENTIFICADOS.**

A recém eleita vereadora Ana Lúcia Martins, do PT de Joinville, foi alvo de ataques racistas e recebeu ameaças diretas à sua integridade física e moral em suas redes sociais e, também, por meio de seu endereço eletrônico. A eleição de Ana Lúcia incitou grupos criminosos organizados com características neonazistas que atuam em algumas cidades espalhadas pelo Brasil. A investigação do caso segue em curso, apenas uma pessoa foi identificada e indiciada, a parlamentar ainda está vulnerável e corre riscos de não conseguir exercer seu mandato político plenamente.

Cabe ao Estado brasileiro lidar com o fenômeno da Violência Política contra Mulheres Negras lançando mão de todos os meios, ferramentas e recursos que estão à sua disposição.

As medidas a serem adotadas incluem mapeamento e monitoramento dos casos de violência, medidas de reforma legislativa, com perspectiva racial e de gênero, reforço dos mecanismos de gestão eleitoral e aplicação da lei eleitoral tendo em vista o combate à discriminação, capacitação das forças de segurança e de integrantes do sistema de justiça, conscientização e incentivo a mudanças culturais e organizacionais dentro de partidos políticos e em outros espaços da sociedade em geral.

Dentre possíveis medidas a serem implementadas, destacamos:

RECOMENDAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Garantir a formação de integrantes do poder judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia e da polícia civil e federal para aumentar sua conscientização sobre Violência Política contra as mulheres negras, discriminação racial e de gênero, discursos de ódio, princípios básicos de combate ao racismo e igualdade gênero, legislação anti-racista, direitos das vítimas, medidas de reparação, entre outros temas, de modo a capacitar profissionais do sistema de justiça com ferramentas para tomada de decisões em casos envolvendo violência contra mulheres negras políticas.

Levantar boas práticas e exemplos de legislação dirigidas a responsabilizar provedores de Internet, comprometendo-os com a criação de um ambiente digital que assegure um exercício de liberdade de expressão sem violência e sem incitação a atos violentos.

Analisar mais a fundo o papel que o financiamento político eleitoral pode desempenhar nas dinâmicas de violência contra mulheres negras políticas.

Criar um fundo de combate à violência política, voltado para apoio emergencial a candidaturas ameaçadas, além de fomentar pesquisas, diagnósticos e ações de locais e de comunicação voltados para a diminuição dos efeitos dessa violência;

Desenvolver programas que: (1) sensibilizem e valorizem a experiência de lidar com a violência de familiares e pessoas aliadas de mulheres negras políticas, (2) engajem o espectro mais amplo de lideranças locais com o compromisso de combater a violência contra mulheres negras políticas.

Produzir relatórios com informação completa da participação de mulheres negras nos pleitos eleitorais, contribuindo com a produção de dados quantitativos e qualitativos periódicos que permitam analisar a qualidade do processo eleitoral na garantia de uma participação das mulheres negras livre de violência.

Desenvolver junto das câmaras legislativas e órgãos do sistema de justiça espaços seguros para encaminhamento e tratamento célere das denúncias de violência política contra mulheres negras, assegurando a responsabilização dos autores de violência e assegurando apoio psicológico de longo prazo para as vítimas e familiares.

Garantir melhor capacitação a profissionais de sistema de justiça que dispõem de meios, mas apresentam resistências em agir contra casos de violência política contra as mulheres negras, por se negarem a reconhecer as situações como formas de violência e crimes.

Desenvolver programas de formação de jornalistas e profissionais de comunicação social de forma a combater estereótipos prejudiciais às mulheres, em especial, mulheres negras na política.

Estatutos, regulamentos, regimentos e outros documentos organizacionais de partidos políticos e casa legislativas devem fazer menção explícita ao compromisso com os direitos humanos, promoção da igualdade de gênero e combate ao racismo nos seus objetivos e princípios fundamentais, comprometendo-se com a adoção de ações concretas para garantir a igualdade e a não-discriminação e criar ambientes livres de assédio e intimidação para as mulheres negras políticas.

Garantir que os Comitês de ética e Comitês disciplinares de órgãos legislativos e partidos políticos recebam formação, meios e ferramentas para proteger as mulheres negras vítimas de violência política e assegurar a responsabilização dos autores da violência.

Incentivar a construção de redes de solidariedade com e entre mulheres na política, através de uma agenda comum articulada entre movimentos multipartidários, movimentos negros e de mulheres negras e outras organizações da sociedade civil.

Articular órgãos do sistema de justiça e direitos humanos com programas e serviços de proteção (exemplo, Programa Nacional de Defensores de Direitos Humanos e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas - PROVITA), para criação de um protocolo de atendimento das vítimas de violência, tendo em conta a garantia de: 1) a escuta e assessoria das vítimas; 2) análise de riscos; 3) adoção de medidas de segurança; 4) conectar a vítima com as autoridades competentes; 5) integração das vítimas em redes e serviços de apoios.



O trabalho sobre violência política contra mulheres negras
está em permanente atualização. Para mais informações
acesse **violenciapolitica.org**